

Epistemologia e comunicação: debatendo o objeto comunicacional

*Epistemology and communication:
debating the object of communication*

Daniel Christino | dchristino@gmail.com

Possui graduação em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás (1998), graduação em Comunicação Social Habilitação Jornalismo pela Universidade Federal de Goiás (1994) e mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás (2001). Atualmente é professor titular da Universidade Federal de Goiás e doutor em Comunicação pela UnB. Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Epistemologia e Filosofia da Comunicação, atuando principalmente nos seguintes temas: fenomenologia, teoria da comunicação, narrativas e transmídias.

Resumo

A partir de uma reconstituição histórico-filosófica das bases modernas da epistemologia, o artigo procura discutir o problema do objeto comunicacional enfatizando a delimitação de uma configuração epistemológica originária que situa o debate na interseção entre os modelos de investigação das ciências humanas e das ciências da natureza

Palavras-Chave: Epistemologia da comunicação; Linguagem; Filosofia da comunicação.

Abstract

The article discusses the problem of the object of communication addressing a reconstruction of the historical-philosophical foundations of modern epistemology and emphasizing the delineation of a configuration that places the original epistemological debate on the intersection between research models of human sciences and the natural sciences.

Keywords: *Epistemology of communication; Language; Philosophy of communications.*

Considerações iniciais

O principal dilema epistemológico concernente ao campo da comunicação é a dupla natureza do seu objeto. Tal qual Jano, o objeto comunicacional olha para os dois lados da fronteira entre as ciências do espírito e as ciências da natureza. Ao mesmo tempo em que é possível justificar um recorte eminentemente culturalista da comunicação, podemos reclamar, de modo igualmente justo, os direitos da ciência da informação sobre o mesmo objeto. Ambas as posições parecem estar corretas e suas respectivas abordagens produzem conhecimento pertinente. Entretanto, do ponto de vista histórico, estas duas epistemologias travam uma acirrada batalha por espaço institucional e justificação epistêmica desde, pelo menos, Descartes e Vico.

O objeto comunicacional parece ser capaz de existir, assim como o gato de Schrödinger, numa tensão entre dois campos científicos com princípios epistemológicos distintos e, por vezes, francamente conflitantes. Entretanto, ainda assim o campo comunicacional refere-se a seu objeto como uma unidade ontológica. O mesmo dilema acompanha, desde o nascedouro, a conhecida tese da natureza interdisciplinar da comunicação. Formada pelo atravessamento de diversos campos científicos, a comunicação é essa tessitura de discursos que lhe rasgam o centro, cada um se movendo em direção ao seu horizonte próprio. Falar numa unidade ontológica do objeto aqui é mero fogo de artifício. Neste caso a comunicação é apenas um discurso sobre outros discursos, uma elaboração de segunda ordem apoiada ora na sociologia, ora na história, ora na filosofia, ora na cibernética e assim por diante.

Contudo, se queremos ainda manter a ideia de uma unidade ontológica do objeto comunicacional frente ao esfacelamento provocado pela tese da interdisciplinaridade, cumpre oferecer uma definição acessível de epistemologia. Há, em geral, dois modelos possíveis para a definição de um conceito. Podemos abordá-lo desde a perspectiva filológica, ou seja, acessar seu conteúdo semântico tradicionalmente copilado no dicionário e, a partir daí, notarmos as modificações que o conceito sofreu durante seu percurso na história do pensamento – e, neste caso específico, sua transformação em disciplina filosófica. Mas também podemos tentar entendê-lo em seu uso cotidiano, pragmaticamente. Neste sentido, interroga-se sobre o significado do termo em suas diversas situações de uso. De qualquer forma, começa-se sempre pela pergunta aristotélica clássica – estrutura que ele acreditava capaz de fornecer a “fórmula da essência” de um conceito: o que é epistemologia?

O uso filosófico moderno do termo começa com Kant. Em sua “Crítica da razão pura”, Kant se pergunta, em geral, por que devemos acreditar que a física newtoniana é correta e seus juízos acerca do mundo podem ser considerados como conhecimento científico. Nos termos de Kant a questão epistemológica se articulou como a questão sobre a condição de possibilidade da verdade de certos juízos sobre o mundo. Ou seja, o problema clássico da justificação. A resposta de Kant supunha ser possível atribuir à evidência experimental um fundamento transcendental conformado na analítica da subjetividade. Ele usa o mesmo esquema quando analisa

os juízos morais e estéticos. Sua validade encontra-se tanto na experiência quanto em estruturas cognitivas inatas – que ele denomina com a expressão latina *a priori*.

Há sérios problemas com a resposta kantiana à questão epistemológica que ele mesmo formulou: “o que posso saber?”. Mas não nos cabe aqui aprofundar a crítica sobre o modelo kantiano. Sua filosofia nos interessa na medida em que sua formulação determinou o modo como se discutiria epistemologia a partir de então. Há um pressuposto em Kant que devemos abordar se quisermos compreender o papel importante da reflexão epistemológica na comunicação e, para tanto, precisamos recuperar a distinção cartesiana entre *res cogitans* e *res extensa* (dualismo) e, em seu desdobramento, as conclusões que Newton retira desta separação.

A grande mudança que Descartes provocou no conhecimento escolástico no qual ele havia se formado foi imaginar que o conhecimento não estava fundamentado na existência divina. Segundo Etienne Gilson, a epistemologia moderna entra no mundo a partir das Meditações de Descartes. Até então, a possibilidade do saber estava dada pelo fundamento ontológico da criação. Ambos, homem e mundo, haviam sido criados por Deus e, portanto, compartilhavam o mesmo status ontológico. O ser do homem medieval, assim como o ser do mundo, é ser criação divina. Nessa situação, a discussão sobre o saber se resumia à gnosiologia, ou seja, ao debate sobre os diversos tipos e formas de conhecimento e não sobre sua possibilidade.

A separação cartesiana entre sujeito e objeto introduz o problema das condições de possibilidade do conhecimento. Descartes procura resolvê-lo a partir da constituição ontológica do sujeito e, com isso, atribui-lhe, além da condição de criatura, o *locus* a partir do qual todo o conhecimento pode surgir e se basear. Um conhecimento racional, abstrato e dedutivo; em suma, matemático.

Isso não seria suficiente. Como bem apontaram Hume e os empiristas ingleses, as ideias inatas de Descartes não dão conta do conhecimento obrigatoriamente derivado da experiência. O sujeito cartesiano pensa a experiência como uma derivação da racionalidade e, portanto, não dá conta da física. É possível dizer que o embate entre racionalistas e empiristas continua até hoje, com ênfase para um lado ou para o outro na medida em que a ciência avança e se modifica historicamente. Aliás, a atualização deste debate se dá, atualmente, na querela entre realistas e não-realistas

Newton dialoga diretamente com Descartes. No início de sua produção filosófica, Descartes escreve – e deixa inacabado – um pequeno tratado chamado *Regulae ad directionem ingenii*¹ no qual delinea o que seria seu “método” geométrico-dedutivo. Em seu *Philosophiae Naturalis Principia Mathematica*², Newton inclui uma discussão, denominada exatamente “regras para a direção do espírito”, na qual procura enumerar as leis fundamentais que norteiam o uso da razão na ciência. As regras, ou hipóteses, são as seguintes:³

- Não se hão de admitir mais causas das coisas naturais do que as que sejam verdadeiras e, ao mesmo tempo, bastem para explicar os fenômenos de tudo. A natureza, com efeito, é simples e não se serve do luxo de causas supérfluas das coisas.

- Logo, os efeitos naturais da mesma espécie têm as mesmas causas. Assim, as causas da respiração no homem e no animal, da descida das pedras na Europa e na América, da luz no fogo de cozinha e no sol, da reflexão da luz na terra e nos planetas.

- Todo corpo pode transformar-se num corpo de qualquer outra espécie e adquirir sucessivamente todos os graus intermediários das qualidades.⁴

- O centro do sistema do mundo está em repouso.⁵(NEWTON, 1996, p. 253)

A grande diferença entre eles, tanto aqui como na totalidade de seus sistemas de explicação da física, encontra-se no papel preponderante que a experiência possui em Newton, enquanto Descartes se baseia quase que inteiramente no racionalismo dedutivo. No caso específico das regras newtonianas cada uma equivale a um princípio organizador do pensamento: simplicidade; uniformidade e homogeneidade (cuja adição implica na ideia de universalidade) e controle (experiência).

O que nos interessa particularmente nas regras newtonianas é sua dupla natureza. Elas são ao mesmo tempo normativas e descritivas. São normativas na medida em que indicam os critérios aos quais todo tipo juízo deve se submeter se quiser pretender constituir-se conhecimento ou, conseqüentemente, justificar-se como tal. São descritivas na medida em que indicam os elementos que compõem a ideia – metafísica – de natureza que está na base da ciência moderna. As regras newtonianas são ao mesmo tempo uma receita para a justificação dos juízos científicos e uma descrição da ideia de natureza como totalidade, de sua ontologia.

Foi isso que Kant percebeu e elaborou com obsessão. Suas três críticas constituem um aprofundamento da concepção cartesiana de subjetividade, seu desdobramento em diversas faculdades (inclusive a genial descrição do tempo e do espaço como estruturas *a priori* da percepção) e o estabelecimento das condições de justificação do conhecimento científico. Em certo sentido, a empreitada kantiana procurou associar elementos tanto das teorias racionalistas quanto das teorias empiristas. A ideia de um juízo sintético *a priori* é, entre outras coisas, o modo como se pode formular tal junção.

Desta discussão introdutória pode-se entender que a noção de epistemologia adotada neste artigo compreende tanto uma discussão sobre o problema da justificação – quais são as bases para que as proposições enunciadas pela “ciência da comunicação” tenham alguma pretensão de verdade – quanto uma caracterização do sujeito envolvido na configuração – ou cena – epistemológica fundamental (a oposição fundante entre sujeito e objeto proposta por Descartes). Assim, refletir sobre epistemologia é refletir, em princípio, sobre estas duas coisas. Quais são as condições básicas para distinguir uma proposição verdadeira de uma falsa no campo comunicacional? Que tipo de sujeito está implicado nas teorias da comunicação que compõem o campo?

Duas direções possíveis

Se observarmos os textos sobre teorias da comunicação veremos que alguns deles procuram distinguir dois eixos principais de caracterização das teorias existentes que correspondem aproximadamente à distinção apresentada por Dan Sperber e Deirdre Wilson ⁶ ainda na década de 80. Os autores propõem entender o fenômeno da comunicação intersubjetiva a partir de dois modelos. O primeiro, que eles denominam *code model* (ou modelo em código) a comunicação é vista como um processo computacional, e.g., a teoria matemática da comunicação. O pressuposto envolvido aqui é o de que a comunicação resume-se a um processo de codificação e decodificação informacional aplicável a qualquer contexto no qual aconteça uma dinâmica interacional. Dito de outro modo, mesmo a comunicação humana nada mais é do que uma sofisticação, por vezes um complicador, do modelo básico de troca informacional.

A teoria matemática da comunicação foi uma das primeiras a teorizar os elementos constitutivos do processo comunicacional enquanto tal e a falar em comunicação como um fenômeno próprio, embora articulado numa totalidade sistêmica. Independentemente da eficiência explicativa do modelo, herdamos também um tipo de “configuração” do objeto comunicacional que ainda permanece ativo nos debates atuais. Configuração, neste contexto, significa o modo pelo qual visualizamos (intuímos) o objeto epistemológico do campo, e pode ser ilustrado de modo mais claro para nós, residentes das ciências humanas, pelo modelo de Lasswell ⁷. As perguntas “Quem? O quê? Para quem? Qual canal? Com que efeito?” constituem outro modo de apresentação da mesma figuração – na verdade uma tradução do modelo matemático para o campo sociológico. Em certo sentido, quando usamos a expressão “ciência da comunicação”, estamos nos referindo – seja diretamente, seja de modo oblíquo ou metafórico – a esta configuração modelar. O pressuposto essencial é o de que comunicar é transferir informação; seja entre dois polos mecânicos – dois computadores –, ou humanos. Há comunicação quando há codificação, transferência e decodificação.

Obviamente o modelo foi se sofisticando ao longo do tempo, mas sua essência permaneceu a mesma, ou seja, um modelo linear (não importa se adotando ou não a ideia de *feedback*) que não integra o sentido das proposições à eficiência do processo; ou melhor, reduz o fenômeno do sentido ao da codificação e decodificação informacional. Vale a pena notar que esta ideia de comunicação está na base da atual analogia da mente com o computador (uma analogia altamente explicativa e cujos resultados aprofundaram enormemente o conhecimento que se tem sobre o funcionamento do cérebro), derivada em grande parte de uma intuição do matemático Alan Turing.

De acordo com o sentido de epistemologia adotado neste artigo, a pergunta que se deve fazer agora é a seguinte: o que há de verdadeiro neste modelo? Que tipo de sujeito ele implica?

Na tradição dos estudos em comunicação esta configuração se impôs como estrutura fundamental do objeto. Menos por motivos ideológicos do que por sua força explicativa. Em certo sentido, o modelo matemático da teoria da comunicação – ou, modelo da comunicação em código – ilumina vários aspectos do fenômeno comunicacional assim como ele foi visto tradicionalmente. Isto que chamei “configuração” acabou se estabelecendo como o padrão para os discursos sobre o objeto comunicacional de modo que a maioria das teorias acabe sendo uma derivação ou confirmação desta configuração. Seus elementos constituem a base para as descrições e explicações dos fenômenos comunicacionais. Assim, a publicidade, por exemplo, nada mais é do que um modo – em certo sentido uma técnica – de composição das mensagens que trafegam por certo canal (ou mídia) operando a mediação entre os sujeitos engajados num mesmo ambiente social cujo traço determinante é a ideia de consumo. A própria ideia de mediação pode ser entendida como uma derivação deste modelo em código, ou linear, ou matemático. Tais derivações, assim como em Lasswell, operam modificações adaptativas à configuração original, atribuindo ênfase a determinados aspectos cujo protagonismo acaba determinando o discurso epistemológico específico àquela região da comunicação. As atuais tentativas de se fundar uma teoria do jornalismo, por exemplo, não tem conseguido escapar a esta configuração original, em parte, acredito, porque deixam propositadamente de abordar o problema epistemológico pelo amplo viés da comunicação.

Em oposição ao modelo em código, Sperber e Wilson defendem o que denominam modelo inferencial ou teoria da relevância. Os autores definem o processo cognitivo de codificação e decodificação como o emparelhamento entre sinais fonéticos e significados pragmáticos (*utterance*). Para eles, a questão encontra-se na enunciação das sentenças. Com isso pretendem pensar a comunicação “em movimento” e não apenas em referência a um modelo estático. Em geral, tal abordagem enfatiza a intencionalidade do enunciador e, claro, do receptor.

É verdade que a linguagem é um código que emparelha representações fonéticas e semânticas de sentenças. No entanto, existe uma lacuna entre as representações semânticas das sentenças e os pensamentos realmente comunicados pelos enunciados. Essa lacuna é preenchida não por mais codificação, mas por inferência. Além disso, há uma alternativa para o modelo em código da comunicação. A comunicação tem sido descrita como um processo de reconhecimento inferencial das intenções do comunicador. (SPERBER; WILSON, 2004, 119)⁸

Ainda estamos dentro da mesma configuração epistemológica, mas com uma variante muito importante: o processo de codificação e decodificação não se encontra no processamento das linhas de código, isto é, não está contido nas regras de funcionamento exclusivamente inerentes à linguagem. Apoiados na tradição pragmática da filosofia de linguagem, eles introduzem a noção de inferência no modelo cognitivo e descritivo do sujeito engajado nestas relações de comunicação. Isso quer dizer: a comunicação não está circunscrita à limpidez

do código, mas depende necessariamente do modo como os falantes acessam o mundo semântico no qual estão inseridos; depende necessariamente do ruído para ser compreendida e não da sua supressão.

O que nos interessa nesta teoria da inferência – aqui apenas delineada – é a ideia de que a comunicação depende do modo como acessamos aquilo que está, a princípio, fora do processo comunicativo entendido apenas como processamento de um código. O mundo (e precisamos especificar o que se pode entender por esta expressão) é essencial para o sucesso ou fracasso de qualquer comunicação. Ele pode ser considerado como o verdadeiro meio no qual se dá a interação comunicativa. Epistemologicamente falando, o modelo inferencial de comunicação tematiza a questão do sujeito que deixamos suspensa no início da nossa fala. Apontamos, inicialmente, que a discussão epistemológica deveria endereçar duas questões essenciais: a justificação e a subjetividade. Estas questões estão necessariamente imbricadas e podemos tematizá-las conjuntamente.

Para tanto, devemos nos perguntar, finalmente, o que de fato caracteriza a comunicação humana e a separa, por exemplo, da comunicação entre sistemas artificiais ou biológicos. A resposta encontra-se no modo como o ser humano constitui sentido (*Sinn*). O modelo inferencial defendido por Sperber e Wilson nos indica que este sentido, embora seja construído a partir de uma operação cognitiva articulada pela linguagem natural, é existencialmente enraizado, isto é, está essencialmente amarrado a uma noção simbólica de mundo. Dito de outro modo, só nos é possível interpretar o sentido das enunciações nos referindo à experiência de mundo na qual tanto nós mesmos quanto nossa linguagem está mergulhada.

Não nos cabe nesta conferência mergulhar no problema filosófico da subjetividade – tarefa necessária se quisermos aprofundar a investigação –, mas é possível afirmar que a constituição de tal sujeito não pode mais ser, ao modo cartesiano, uma espécie de mônada isolada de seu contexto. É essencial para se compreender a comunicação e fundamentá-la epistemologicamente que o elo entre o sujeito e seu mundo simbólico seja esclarecido.

Nesse sentido, o essencial da comunicação não se encontra, como tradicionalmente se tem afirmado, num dos polos da cena epistemológica informacional. Ele talvez se encontre no espaço que constitui o “entre” desses polos. O sentido de mediação implicado nos fenômenos comunicacionais talvez esteja mais próximo da ideia de ambiente do que da ideia de conexão ou mediação.

A complexidade do objeto comunicacional

A diferenciação epistemológica entre os modos de investigação das ciências sociais e das ciências da natureza que fundamenta a distinção entre os modelos da comunicação em código e inferencial apresentados por Sperber e Wilson encontra-se também no centro da concepção de comunicação de

Flusser (9); especialmente no que se refere a uma fundamentação existencial desta diferença. A ideia de que por trás da comunicação encontra-se o impulso de superação da finitude – “A comunicação humana é uma técnica artística cuja intenção é nos fazer esquecer o absurdo brutal de uma vida condenada à morte”¹⁰ (FLUSSER, 2002, p. 04) – conforma tal concepção, de modo que a comunicação humana se diferencia da comunicação vista como processo natural não em função do *modo* como ocorre, mas do *porquê* ocorre.

Flusser mantém o mesmo modelo de comunicação tanto para o conhecimento produzido pelas ciências da natureza quanto para o conhecimento produzido pelas ciências humanas, ou humanidades. Tal modelo resume-se ao que o filósofo acreditava ser o essencial em todo fenômeno comunicacional: a codificação, transmissão e decodificação de informação. A diferenciação do tipo de conhecimento produzido a partir desta configuração, por sua vez, deriva da distinção entre processos comunicacionais naturais e artificiais. O núcleo da diferença está na intenção humana de preservar informação contra a tendência da natureza para a entropia.

A artificialidade desse fenômeno torna-se aparente quando vista a partir da perspectiva de interpretação. A artificialidade de seus métodos - a produção intencional de códigos - é apenas parte do problema. A comunicação humana é antinatural. Na verdade, ela é perversa, porque quer armazenar as informações que adquire. É “negativamente entrópica.” Pode-se supor que a transferência de informações adquiridas de uma geração para outra é um aspecto essencial da comunicação humana, uma característica geral da humanidade: o homem é um animal que descobriu alguns truques com a finalidade de armazenar informação adquirida. (FLUSSER, 2002, p. 5).¹¹

Assim, embora possamos definir comunicação de modo semelhante seja do ponto de vista humanista seja do ponto de vista puramente natural, o sentido do fenômeno para cada um destes campos é distinto; necessitando, portanto, de modelos investigativos distintos. Epistemologicamente, Flusser traça esta diferença defendendo que o conhecimento científico é próprio das ciências da informação e possui uma natureza explanatória enquanto as ciências humanas produzem conhecimento interpretativo e a elas pertenceriam às teorias da comunicação (FLUSSER, 2002, p.7).

O que nos interessa aqui é, na verdade, o modo como Flusser opera com os dois paradigmas de investigação do fenômeno comunicacional procurando preservar uma unidade mínima do objeto. Embora neste texto específico a visada seja, de fato, não-realista e disjuntiva – Flusser admite de bom grado que os horizontes epistemológicos das ciências da natureza e humanas são incomensuráveis, a ponto de sugerir tratar-se, na verdade, de dois objetos de investigação distintos – a configuração originária para qualquer uma das perspectivas é a mesma que tradicionalmente está presente em várias outras teorias da comunicação: o processamento de informação, isto é, codificação e decodificação informacionais. Prova disso é o modo como a investigação do filósofo se desenvolve numa reflexão detalhada do código – linguagem – indicado como aspecto essencial do fenômeno comunicativo.

No que diz respeito a uma investigação epistemológica assim como definida no âmbito deste artigo, Flusser se esforça por articular os pressupostos para uma possível teoria da justificação ao dar ênfase ao problema da linguagem ao mesmo tempo em que se posiciona sobre as características básicas do sujeito comunicacional situando-o no âmbito existencial. Entretanto, o decisivo é que Flusser procura manter uma unidade do objeto propondo uma configuração original baseada no processamento informacional sem nunca abandonar a perspectiva especificamente humana do processo.

Tal perspectiva é, de fato, existencial, ou seja, o modo humano de comunicar implica a construção de um espaço simbólico e interpretativo no qual a comunicação acontece, uma certa “ambiência” próxima ao que a tradição fenomenológica denominou *Lebenswelt* e conformada na experiência da intersubjetividade. Por fim, também em Flusser se encontra a tensão entre aspectos distintos do fenômeno comunicacional e seu pertencimento a regiões ontológicas diferentes, das quais se originam exigências epistemológicas distintas. Esta tensão aponta na direção não exatamente da interdisciplinaridade – não se trata, ao fim e ao cabo, do debate entre disciplinas – mas de uma complexidade originária que exige, talvez, modos novos e híbridos de interpretação do objeto.

Conclusão

Devemos nos perguntar pelo sujeito comunicacional, ou seja, pela concepção de subjetividade assumida nas teorias da comunicação que estudamos na academia. É ela que guia nosso entendimento dos processos e dos produtos estudados neste campo. O sujeito cartesiano, isolado em sua ipseidade, vem modulando secretamente nossos estudos e está subentendido no modelo informacional que orienta nossa configuração do fenômeno. Mas não seria possível pensar outro tipo de subjetividade engajada nos processos comunicativos? Não teria este estudo que se encaminhar na direção das humanidades?

A complexidade do fenômeno comunicacional deriva exatamente desta ambiguidade epistemológica: nosso objeto pertence tanto às ciências do espírito quanto às ciências da natureza – para usar a clássica terminologia do século XIX alemão e permanecer no rastro de Flusser. Nada demonstra esta realidade com maior clareza do que a persistência do modelo em código como base ainda em uso para nossa configuração do objeto. Diversas teorias da comunicação nada mais fazem do que transpor tal configuração para o campo das ciências humanas (e sociais), como o exemplo de Lasswell deixou bem claro.

A herança newtoniana que ainda hoje alimenta com vigor as condições de possibilidade para atribuição de valores de verdade aos juízos científicos pulsa forte nas teorias ligadas aos processos informacionais. E, devemos dizê-lo, elas não podem simplesmente ser consideradas sem valor ou mesmo ultrapassadas. Por outro lado, os aspectos simbólico-existenciais dos processos comunicacionais, seu sentido e uso no mundo humano, seu significado – especificamente para o campo da ética – escapa a qualquer tentativa de redução a este modelo informacional, não obstante seu caráter paradigmático na ampla

definição do objeto comunicacional. Tão claro como o fato de que o modelo informacional explica certos aspectos do fenômeno comunicacional (inclusive aspectos humanos), ele é incapaz de explicar as dimensões culturais e sociais que extrapolam e – como indica o modelo inferencial – determinam certas dinâmicas deste mesmo fenômeno.

A comunicação é, portanto, um objeto complexo porque extrapola a distinção fundamental entre modos de saber (próprios das ciências da natureza em oposição às ciências sociais), provocando uma tensão epistemológica que tem feito tanto as teorias quanto as tentativas de justificação esbarrarem em limites enunciativos. Por outro lado, a ideia de uma teoria unificada do campo comunicacional – a verdadeira tarefa de qualquer fundamentação – parece uma utopia distante.

Por fim, estudar epistemologia é exatamente enfrentar estes problemas formal e historicamente, não se furtando aos diálogos necessários tanto com a história da ciência e da filosofia quanto com os modelos explicativos pertinentes ao próprio campo comunicacional. Resta-nos, como pesquisadores, tentar, com todas as nossas forças, alcançar a profundidade destas questões.

Referências Bibliográficas

- DESCARTES, René. *Meditações metafísicas*. Petrópolis: Martins Fontes, 2011.
- HEIDEGGER, M. *Kant and the problem of metaphysics*. Indianapolis: Indiana University Press, 1997.
- KUSCH, M. *Linguagem como cálculo versus linguagem como meio universal*. São Leopoldo: Unisinos, 2003.
- NEWTON, Isaac. *Princípios Matemáticos*. In: Coleção Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1996.
- ROSSI, P. *O nascimento da ciência moderna na Europa*. Bauru: EDUSC, 2001.
- SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. *Relevance, communication and cognition*. Oxford: Blackwell, 2004.
- STEGMÜLLER, W. *A filosofia contemporânea*. São Paulo: E.P.U., 1977.
- FLUSSER, Vilém. *Writings*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002.

Notas

1. Regras para a direção do espírito.
2. Princípios Matemáticos da Filosofia Natural.
3. NEWTON, Isaac. Princípios Matemáticos. In: Coleção Pensadores. Abril Cultural. São Paulo : 1996.
4. A formulação da segunda edição é mais clara: “as qualidades dos corpos que não podem ser aumentadas e diminuídas, e aquelas que pertencem a todos os corpos nos quais é possível realizar experiências devem ser consideradas qualidades de todos os corpos”.

5. Novamente, na segunda edição temos: “Na filosofia experimental devemos considerar as proposições inferidas dos fenômenos por uma indução geral como exatas ou ao menos como aproximadamente verdadeiras, não obstante qualquer hipótese contrária que se possa imaginar, até o momento em que outros fenômenos ocorram que as façam mais exatas ou sujeitas a exceções.”
6. Uma distinção parecida encontra-se na análise heideggeriana da linguagem em *Ser e Tempo* (§34). “Comunicação nunca é a transposição de vivências, por exemplo, de opiniões e desejos do interior de um sujeito para o interior de outro sujeito. A co-presença já se revelou essencialmente na disposição e compreender comuns. O Ser-com é *partilhado* “expressamente” na fala”. Cf. também Kusch, M.. *Linguagem como cálculo versus linguagem como meio universal*. São Leopoldo: Unisinos, 2003.
7. A referência a Lasswell é meramente ilustrativa. Os estudos sociológicos da comunicação já ultrapassaram em muito a necessidade de uma fundamentação cientificista do seu conhecimento como a que inspirou as primeiras pesquisas funcionalistas da comunicação. Entretanto, a configuração sugerida ainda vigora.
8. Tradução do autor. *It is true that a language is a code which pair phonetic and semantic representations of sentences. However, there is a gap between the semantic representations of sentences and the thoughts actually communicated by utterances. This gap is filled not by more coding, but by inference. Moreover, there is an alternative to the code model of communication. Communication has been described as a process of inferential recognition of the communicator's intentions. We will try to show how this description can be improved and made explanatory.*
9. Especialmente em FLUSSER, Vilém. *Writings*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002.
10. Traduções são do autor. No original: Human communication is an artistic technique whose intention it is to make us forget the brutal meaninglessness of a life condemned to death.
11. No original: *The artificiality of this phenomenon becomes apparent when viewed from the perspective of interpretation. The artificiality of its methods—the intentional production of codes—is only part of the problem. Human communication is unnatural. In fact, it is perverse, because it wants to store the information it acquires. It is “negatively entropic.” One can assume that the transfer of acquired information from one generation to another is an essential aspect of human communication, a general characteristic of humankind: man is an animal that has discovered certain tricks for the purpose of storing acquired information.*